



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 101/2026

Processo nº 24.617/2026

Recebimento das Propostas: do dia 28/07/2026 às 08h até as 13h do dia 17/08/2026

Início da Sessão do Pregão: às 14h do dia 17/08/2026

Modo de disputa: ABERTO

Referência de tempo: Para todas referências de tempo, avisos e durante a sessão pública observar-se-á, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, desta forma serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Valor total estimado: R\$ 8.524.255,67 (oito milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)

O Município de Tramandaí, inscrito no CNPJ sob o nº 88.771.001/0001-80, representado pelo Sr. Juarez Marques da Silva, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação (INTERNET), **para aquisição de maquinário pesado e veículos operacionais destinados à utilização da Secretaria Municipal da Zona Sul e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Município de Tramandaí**, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, bem como pelo Decreto nº 5.157 de 19 de outubro de 2023, que regulamenta as licitações e contratos administrativos no Município de Tramandaí, pelo Decreto 10.024/2019 e pelas condições deste Edital, encerrando-se o prazo para recebimento das propostas eletrônicas no dia e até a hora acima mencionados, no site de Compras Eletrônicas do Banrisul.

1. Objeto
2. Das condições para participação no certame
3. Do credenciamento no sistema
4. Do acesso ao sistema
5. Envio das propostas
6. Da proposta eletrônica / Anexo I
7. Da habilitação
8. Das vedações
9. Abertura da sessão pública
10. Classificação inicial das propostas e formulação de lances
11. Modo de disputa (aberto)
12. Critérios de desempate
13. Negociação e julgamento
14. Verificação da habilitação
15. Recursos
16. Adjudicação e homologação
17. Condições de contratação
18. Da entrega e/ou da prestação do serviço
19. Do pagamento
20. Da dotação orçamentária
21. Da atualização dos preços (reajuste e reequilíbrio)
22. Das sanções administrativas
23. Da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)
24. Das disposições gerais

1 - **DO OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a **para aquisição de maquinário pesado e veículos operacionais destinados à utilização da Secretaria Municipal da Zona Sul e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Município de Tramandaí**, conforme descrito no Anexo I, Termo de Referência e demais especificações/exigências/considerações do Edital.

1.1 – Considerações/exigências/especificações:

1.1.1 – As três primeiras revisões deverão ser prestadas gratuitamente para cada um dos itens licitados, sem qualquer ônus para a Administração.

1.1.2 - A contratação observará integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas operacionais e regulamentares do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aplicáveis ao FINAME vigentes na data da contratação.

a) As exigências previstas nos regulamentos do BNDES referentes ao credenciamento de equipamentos, fabricantes e fornecedores deverão ser atendidas no momento da assinatura do contrato, conforme regulamentação disponível na página oficial do BNDES, bem como deverão ser observadas as demais normas técnicas aplicáveis ao objeto, inclusive aquelas expedidas pelos órgãos competentes.

1.1.3 - Considerando que a aquisição será realizada com recursos provenientes de financiamento pelo FINAME, os equipamentos ofertados deverão atender às exigências estabelecidas pelo BNDES para financiamento, inclusive quanto ao credenciamento do fabricante e/ou fornecedor e ao cadastramento do bem no Credenciamento de Fabricantes Informatizado - CFI, quando aplicável, bem como às demais condições técnicas, operacionais e cadastrais vigentes para aprovação e liberação do crédito.

1.1.4 - A contratação ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como à aprovação da operação de financiamento pela instituição financeira responsável e pelo BNDES, observadas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

1.1.5 - Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, entregues devidamente emplacados em nome do Município de Tramandaí/RS, que deverá constar como primeiro proprietário, contendo o grafismo (layout) fornecido pela Administração Municipal. Deverão acompanhar os bens todos os manuais técnicos, certificados de conformidade, termos de garantia, e demais documentos indispensáveis à plena utilização dos equipamentos, além da realização de treinamento operacional aos servidores indicados pelo Município.

1.1.6 - Os equipamentos deverão atender às normas de emissão de poluentes estabelecidas pela legislação vigente, observando, no mínimo, as diretrizes do PROCONVE MAR-I ou norma ambiental superior vigente, assegurando o atendimento aos requisitos mínimos de potência, capacidade operacional, desempenho e sustentabilidade ambiental.

1.1.7 - Em observância ao desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, os fornecedores deverão adotar práticas de responsabilidade socioambiental, priorizando tecnologias que reduzam os impactos ambientais decorrentes da operação dos equipamentos, bem como processos produtivos compatíveis com a legislação ambiental vigente.

1.1.8 - Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas trabalhadas, ou prazo superior quando previsto no Termo de Referência ou oferecido pelo fabricante, assegurando assistência técnica autorizada, suporte técnico pós-venda e disponibilidade de peças de reposição durante todo o período de garantia, com as três primeiras revisões gratuitas. Salienta-se que os maquinários devem ser entregues com o tanque cheio.

1.1.9 - Durante o período de garantia, caberá exclusivamente à contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, realizar a coleta do equipamento no Município de Tramandaí/RS ou prestar atendimento no próprio local onde o bem estiver em operação, quando tecnicamente viável, responsabilizando-se integralmente pelos custos de transporte, deslocamento, frete, mão de obra, peças e demais despesas necessárias à execução dos serviços.

a) Caso seja indispensável o deslocamento do equipamento até unidade de assistência técnica autorizada, esta deverá estar localizada a uma distância máxima de 300 (trezentos) quilômetros do Município de Tramandaí/RS, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

1.1.10 - O descumprimento dos prazos de atendimento, a inadequação da assistência técnica prestada ou a indisponibilidade injustificada de peças poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no contrato, sem prejuízo da responsabilização da contratada pelos prejuízos decorrentes da indisponibilidade dos equipamentos.

1.1.11 - Não será admitida a subcontratação do fornecimento do objeto, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no edital e autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1.12 - A seleção da futura contratada ocorrerá mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se, em princípio, o modo de disputa aberto, com critério de julgamento pelo menor preço, observadas as especificações técnicas mínimas do objeto, os requisitos de habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, as exigências estabelecidas no edital e as condições específicas necessárias à contratação com recursos provenientes do FINAME, incluindo a observância das normas operacionais e dos regulamentos vigentes do BNDES. A definição da modalidade licitatória, do modo de disputa e dos demais

elementos do procedimento será submetida à análise do Departamento Jurídico de Licitações, que poderá ratificá-los ou determinar sua retificação, caso verifique a necessidade de adequação à legislação vigente.

1.1.13 - Frise-se a exigência do credenciamento junto ao BNDES-FINAME para a assinatura do contrato, mediante apresentação de documento oficial emitido pelo BNDES.

a) A exigência de credenciamento no catálogo FINAME/BNDES decorre de condição obrigatória imposta pelo agente financiador para liberação dos recursos, não se tratando de exigência discricionária da Administração. Devendo o documento ser apresentado no momento da assinatura do contrato.

2 - Das condições para participação no certame:

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados que comprovarem através de documentação que:

- a) As atividades da empresa sejam pertinentes ao objeto desta licitação.**
- b) Preencham as condições de credenciamento no sistema constantes deste Edital e seus anexos.**

2.2 - A participação nesta licitação significa:

- a) Que a empresa e as pessoas que a representam leram este Edital e conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.**
- b) Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.**
- c) Tem plena ciência de que não cabe, após abertura das propostas, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o Edital, e demais documentos anexos.**
- d) Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tão pouco estar impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.**

2.3 - Da participação das beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006:

2.3.1 - Consideram-se beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo 3º.

3 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA:

3.1 – Para participação no Pregão Eletrônico a empresa deverá possuir cadastro na Central de Licitações/RS - CELIC, dispor da chave de identificação e senha pessoal junto ao provedor do sistema para acessar os serviços disponibilizados na área restrita.

a) Caso a empresa não possua cadastro, o mesmo deverá ser efetuado no endereço eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br e/ou www.pregaobanrisul.com.br.

3.2 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3 – A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico do sistema Banrisul, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

a) É de responsabilidade exclusiva do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banrisul ou ao Município de Tramandaí a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à sessão de cadastro da CELIC, do Estado do Rio Grande do Sul, para imediato bloqueio de acesso.

b.1) No caso de perda de senha poderá ser solicitada nova senha na sessão de cadastro da CELIC do Estado do Rio Grande do Sul.

c) É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente Edital.

c.1) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

c.2) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c.3) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4 – DO ACESSO AO SISTEMA:

4.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos no preâmbulo do Edital.

4.2 – O encaminhamento de proposta e habilitação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança em todas as suas fases, com suporte técnico da PROCERGS.

4.4 – O certame será realizado através da utilização do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS:

5.1 - As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio digital, no sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retiradas ou substituídas até a abertura da sessão pública.

5.2 - O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.2.1 - O conhecimento e que atende a todas exigências de habilitação e especificações técnicas previstas em Edital.

5.2.2 – Que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela administração Pública.

5.2.3 – Que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura do Contrato, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

5.2.4 – Que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/21 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

5.2.5 – Que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável.

5.2.6 - Que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em Lei específica.

5.2.7 – Que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em Lei e em outras normas específicas.

5.2.8 - Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

5.3 - Eventuais documentos complementares à proposta que venham a ser solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser incluídos ao sistema no prazo máximo de 2 (duas) horas.

6 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA / ANEXO I:

6.1 - A proposta eletrônica financeira deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, em conformidade com o Anexo I, o qual deverá conter as seguintes informações:

I – ESPECIFICAÇÕES DE OBJETO de forma clara, descrevendo detalhes de suas características técnicas e outros elementos que identifiquem suas configurações, conforme a descrição do Anexo I ou **Especificação do objeto juntamente com DECLARAÇÃO de que o item cotado atende integralmente a descrição contida no Anexo I do Edital.**

II - VALOR DO LOTE OFERTADO *(conforme as unidades e quantidades mencionadas no Anexo I)*, expresso em reais, à vista, com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

a) No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

b) Após a disputa de lances não serão aceitos valores acima dos estimados constantes no Anexo I deste Edital e /ou preços inexequíveis.

III – A MARCA/MODELO do produto cotado, sendo que será aceito **somente uma marca/modelo por produto.**

a) – Não serão aceitos produtos de marca/modelo divergente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

b) O pedido de troca de marca/modelo deverá ser protocolado junto ao Protocolo Geral desta Prefeitura, formalmente, devendo constar todos os dados da empresa (CNPJ, endereço, e-mail, telefone), devidamente assinado pelo representante legal, indicando o item que deseja a troca de marca, endereçado ao Setor de Licitações, antes do término do prazo de entrega estipulado no subitem nº 16 do Edital, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar a marca registrada, assim como a indicação da nova marca.

c) A nova marca/modelo deverá possuir qualidade igual ou superior à marca adjudicada e atender as exigências do Edital.

d) O preço adjudicado não será alterado em decorrência da troca de marca.

e) Se a troca de marca/modelo for aprovada pela secretaria requisitante e deferida pela Procuradoria Jurídica do Município, o mesmo promoverá aditivo ao contrato.

6.1.1 – A falta de quaisquer informações exigidas nos incisos I, II e III acarretará na desclassificação da proposta para o lote.

6.2 – Em se tratando de licitante beneficiária da Lei Complementar 123/06, a licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta:

- Certidão (específica e/ou simplificada) expedida pela Junta Comercial, devendo conter data de expedição **a partir do exercício de 2026** e/ou declaração firmada pelo representante legal (sócio administrador, diretor e/ou procurador), sob as penas da Lei, de que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações conforme Anexo II.
- Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação **não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam o valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)** conforme Anexo II.

6.3 - As propostas deverão ser encaminhadas, ou até mesmo retiradas e/ou substituídas, até a data e hora marcadas para abertura das propostas, por meio do sistema eletrônico.

6.4 - Prazo de validade da proposta: A proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas.

6.5 – Em caso de empate pelas licitantes, para utilizar-se dos critérios indicados na alínea “b” do subitem 12.2 e das alíneas “c” e “d” do subitem 12.3 do Edital (CRITÉRIOS DE DESEMPATE) a licitante deverá incluir documentos para comprovação conforme segue:

I – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

II – Comprovação de que a empresa licitante investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

III - Comprovação de que a empresa licitante investe em prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.6 – Após a fase de lances e aceite dos valores o licitante terá o prazo de 120 (cento e vinte) minutos para atualizar os valores unitários no sistema e incluir junto ao sistema a proposta de preços atualizada para seu posterior julgamento.

a) O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação.

b) Caso a empresa vencedora não inclua a proposta final e/ou não atualize os valores unitários junto ao sistema dentro do prazo, terá sua proposta desclassificada para o lote.

6.7 – Após o julgamento das propostas os licitantes terão prazo de 10 (dez) min para manifestar intenção recursal quanto à classificação/desclassificação das propostas.

7 - Da Habilitação

7.1 - Para fins de habilitação neste Pregão, a empresa vencedora deverá incluir no sistema eletrônico Banrisul, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos após transcurso do prazo de intenção recursal quanto ao julgamento da proposta, os seguintes documentos, por meio digital, podendo ser exigida a apresentação dos originais, ou cópias autenticadas, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

a) O prazo para inclusão da documentação de habilitação poderá ser prorrogado mediante solicitação do vencedor.

b) A empresa que não incluir a documentação de habilitação dentro do prazo será inabilitada.

Da Habilitação Jurídica

7.1.1 - Ato Constitutivo, Estatuto, Requerimento de Empresário ou Contrato Social, em vigor, acompanhado de todas as alterações posteriores, quando houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 7.1.1, devendo este vir acompanhado de todas as alterações posteriores.

I – Em se tratando de transformação societária deverão ser apresentados, obrigatoriamente, o ato de transformação e todas as alterações posteriores.

Da Habilitação Trabalhista

7.1.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Da Habilitação Fiscal

7.1.3 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

7.1.4 - Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual (Tributos Diversos).

7.1.5 – Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, **em vigor**, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

7.1.6 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

7.1.7 - Inscrição no CNPJ, junto à Receita Federal do Brasil.

Da Habilitação Econômico-financeira

7.1.8 - Certidão Negativa em Matéria Falimentar, Concordatária e de Liquidação Judicial e Extrajudicial ou de Recuperação Judicial com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

a) A licitante em recuperação judicial poderá participar do certame, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que certifique a empresa possui aptidão econômica e financeira para participar de procedimentos licitatórios.

b) As empresas que, comprovadamente, através de Certidão exigida no subitem anterior, se encontrarem em Recuperação Judicial, não estarão isentas da apresentação de todos os documentos fiscais e trabalhistas exigidos nesta licitação.

7.1.9 – As empresas deverão apresentar somente um dos documentos exigidos entre os subitens nº 7.1.9.1 ao 7.1.9.4.

7.1.9.1 – Balanço Patrimonial e demonstração contábeis, inclusive notas explicativas, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado pelos índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

a) O documento deverá ser apresentado com a cópia autenticada das páginas do livro diário onde estiverem registrados o termo de abertura e de encerramento, as demonstrações contábeis, as notas explicativas do último exercício social, parecer de auditoria, quando as demonstrações contábeis da entidade tiverem sido auditadas e termo de autenticação.

b) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado no órgão competente.

c) Os Balanços Patrimoniais referentes aos últimos exercícios sociais serão aceitos somente até 30 de abril do ano subsequente, conforme art. 1.078 da Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

d) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG), igual ou superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo Contador ou representante legal da empresa.

Índices de Liquidez	Fórmula	Mínimo
Liquidez Corrente	$ILC = \frac{AC}{PC}$	1,00
Liquidez Geral	$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	1,00

* ILC = índice de liquidez corrente; AC = ativo circulante; PC = passivo circulante.

* ILG = índice de liquidez geral; AC = ativo circulante; RLP = realizável a longo prazo; PC = passivo circulante; PNC = passivo não circulante.

e) Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21.

7.1.9.2 - Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, expedido pela CAGE (Contadoria e Auditoria - Geral do Estado), conforme Decreto Estadual nº 36.601/96 e IN CAGE nº 02/96, com período de validade vigente.

a) Caso a licitante opte por apresentar o documento referido no subitem nº 7.1.9.2 este não dependerá de análise do Contador nomeado pelo Município.

7.1.9.3 – Escrituração Contábil Digital (ECD) juntamente com o Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado”) e recibo de entrega de escrituração contábil digital junto à Receita Federal.

7.1.9.4 – No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, sendo período mínimo o mês de abertura.

I) Os subitens nº 7.1.9.1, 7.1.9.3 e 7.1.9.4 serão analisados pelo Contador nomeado pelo Município, em diligência encaminhada pelo(a) Pregoeiro(a), após a sessão licitatória, e o Parecer emitido pelo profissional será anexado ao processo e ao sistema.

7.2 - A licitante beneficiária da Lei complementar 123/06 que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regulamentação da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação ao(a) Pregoeiro(a) junto ao sistema, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar vencedora.

a) O prazo citado no subitem 7.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

b) O benefício de que trata o subitem 7.2, não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito da comprovação de regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.

c) A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

7.3 – Após o término do prazo para inclusão da habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante **despacho fundamentado registrado e acessível a todos**, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5 - Os documentos fiscais expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pelo Pregoeiro.

7.6 - À exceção das Certidões Negativas Federais, cujo próprio teor informa que são válidas tanto para matriz quanto para filiais, todos os documentos exigidos nesta licitação deverão ser pertinentes à razão social que ora se habilita, ou seja, ao mesmo CNPJ.

7.7 - As Certidões mencionadas nos subitens 7.1.2 a 7.1.6, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

7.8 - Não serão admitidos documentos com rasuras.

7.9 - Nenhum destes documentos poderão estar vencido até a data prevista para disputa do Pregão.

a) Excetuam-se os documentos fiscais e trabalhista, porventura vencidos, apresentados pelas licitantes beneficiárias da LC nº 123/2006.

8 – DAS VEDAÇÕES:

8.1 - Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

8.2 - O impedimento de que trata a alínea "a" do subitem 8.1 supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.3 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9 - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

9.1 - No dia e hora indicados no preâmbulo, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

9.2 - O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3 - A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

10 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

10.1 - A verificação da conformidade das propostas **será feita exclusivamente** em relação à proposta mais bem classificada.

10.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

10.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

10.4 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.5 - As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

10.6.1 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.6.2 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6.3 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, que incidirá sobre seu último lance ofertado (SEU MENOR VALOR).

10.7 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.8 – No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, desde que o licitante não consiga comprovar a exequibilidade de sua proposta.

a) A empresa licitante que se enquadrar nas regras do item 10.9 deverá comprovar a exequibilidade da proposta através de documentos justificando suas razões, que deverão ser anexados ao sistema Bannisul no prazo estipulado no subitem 5.3 do Edital (cento e vinte minutos), conforme Acórdão do TCU nº 465/2024.

10.9 – Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida **garantia adicional**, cuja prestação é condição para a assinatura do contrato, do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

a) Para prestação da garantia adicional o licitante poderá optar por uma das modalidades abaixo:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.10 – A empresa licitante vencedora da licitação terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para efetuar a prestação da garantia quando optar pela modalidade seguro-garantia.

11 – MODO DE DISPUTA (ABERTO):

11.1 - Será adotado o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

11.2 - A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.4 - Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.5 - Não serão aceitos lances visando o empate, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.7 – Durante transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado.

a) O sistema não identificará o autor do lance aos demais licitantes;

b) Os lances serão sucessivos.

11.8 – No caso de desconexão do(a) Pregoeira(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances, retomando, o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atenção no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

a) Se a desconexão permanecer por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação às licitantes mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da abertura.

a.1) Os licitantes serão informados, durante a sessão licitatória, via sistema, da reabertura do certame.

11.8.1 – **Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

a) A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

12.1 - Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os subitens 7.1.2 e 7.1.3 deste Edital.

12.1.1 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

12.1.2 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 12.1 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea 'a' deste item.

12.1.3 - O disposto no subitem 12.1.2 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2 - Se não houver licitante que atenda ao subitem 12.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021.

12.3 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

I – Para usufruir do benefício de desempate da alínea "b" do subitem 12.2 e das alíneas "c" e "d" do subitem 12.3 a documentação comprobatória deverá ser incluída juntamente com a proposta inicial de preços.

12.4 - Esgotadas as possibilidades previstas nos subitens 12.2 e 12.3 sem que tenha ocorrido desempate, será realizado sorteio eletrônico através do sistema Banrisul.

13 - NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

13.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o **melhor preço**, para que seja obtida melhor proposta.

a) Caso o licitante não responda a negociação no prazo de 05 (cinco) minutos o(a) Pregoeiro(a) encerrará a negociação tendo por menor valor seu último lance.

13.2 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

14 - VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

14.1 - Os documentos de habilitação, de que trata o item 7, enviados nos termos do subitem 7.1, serão examinados pelo Pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2 - As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

14.3 - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

14.4 - Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

14.5 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15 - RECURSOS:

15.1 - Após a fase de julgamento das propostas e de habilitação, os licitantes poderão manifestar a intenção de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso, no período de 10 (dez) minutos.

15.2 - Havendo interesse em recorrer pelos licitantes, será concedido em um único momento, o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3 - O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.4 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.5 - O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente interposto o recurso, o Pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

15.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17 - CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

17.1 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

a) O encaminhamento do(s) Contrato(s) decorrente(s) deste Pregão, a respectiva assinatura pelo(s) licitante(s) e a posterior devolução do(s) documento(s) assinado(s) à Procuradoria Jurídica deste Município deverá(ão) ser efetuado(s) exclusivamente por meio da opção 'Portal de Serviços', disponível no sítio eletrônico oficial do Município: www.tramandai.rs.gov.br.

17.1.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no subitem 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.3 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do subitem 17.1.2 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, e as previstas neste Edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17.5 - Os pedidos de fornecimento/nota de empenho serão formalizados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

17.6 - A servidora Julice Dias de Oliveira ficará responsável pela fiscalização do Contrato oriundo deste Pregão, servidor Bruno Rissotto Banaletti ficará responsável pela fiscalização técnica e a servidora Thiesley dos Santos Barros ficará responsável pelo seu gerenciamento.

17.7 - Em se tratando de obras e serviços de engenharia será exigida da empresa licitante vencedora, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, **garantia adicional** equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

a) A prestação da garantia adicional é condição para a assinatura do Contrato, podendo optar por uma das modalidades abaixo:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.8 – A empresa licitante vencedora da licitação terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para efetuar a prestação da garantia quando optar pela modalidade seguro-garantia.

17.9 – A vigência do Contrato será de 01 (um) ano a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o prazo máximo previsto em Lei.

I – Em caso de prorrogação será celebrado Termo Aditivo ao Contrato.

17.10 – No momento da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar o seu credenciamento junto ao BNDES-FINAME, mediante apresentação de documento oficial emitido pelo BNDES.

18 - DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

18.1 – Os maquinários deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias após a emissão do empenho, que será encaminhado, preferencialmente, por e-mail, e a entrega será realizada na Avenida da Igreja, nº 346, Bairro Centro, em Tramandaí, de segunda a sexta-feira no horário das 13h30 às 18h30, livre das despesas de frete.

18.2 – As empresas deverão respeitar o prazo de entrega conforme versa o subitem 18.1. A empresa que não respeitar o prazo estipulado será passível de punição.

18.3 - A nota fiscal/fatura deve, **obrigatoriamente**, ser entregue junto com o seu objeto.

18.4 - A entrega será de responsabilidade do fornecedor, que deverá dispor de mão de obra necessária para a carga e descarga decorrentes para a função.

18.5 – Não serão aceitos produtos que vierem com marca diferente da que consta no empenho e/ou contrato, salvo com justificativa da licitante e/ou da empresa que fábrica o produto, mediante processo administrativo com apresentação dos documentos necessários.

19 - DO PAGAMENTO:

19.1 - O prazo para pagamento será em até 30 (trinta) dias, a contar da liquidação, que será efetuada após a entrega do objeto conforme especificações técnicas, apresentação de nota fiscal eletrônica, aceite técnico pela Secretaria requisitante e comprovação de regularidade fiscal do contratado, em conformidade ao art. 62 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

19.2 – O fornecedor deverá anexar, a cada nota fiscal emitida, os seguintes documentos, com data de validade vigente, em cumprimento ao Decreto nº 4257/2017 de 08 de março de 2017:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos – DCTFWeb, conforme Instrução Normativa da RFB nº 2005/21;
- Contra-cheques pagos constantes na DCTFWeb (mês anterior).

a) Ficam dispensados da apresentação dos documentos os fornecedores de bens e/ou materiais.

19.3 – O (s) pagamento (s) não será (ão) liberado (s) se houver descumprimento da exigência constante no subitem 19.2 acima.

19.4 – No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será pelo menor dos índices verificados entre o IGP-M (FGV) e o IPCA (IBGE), mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção de algum desses dois indexadores, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

20.1 - Os recursos necessários para a execução da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 5

Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade:	4	Transformar
Função:	4	Administração
Subfunção:	122	Administração Geral
Programa:	205	Programa Transformar
Proj./Atividade:	1473	Aquisição Maquinário Pesado
Elemento:	3.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	1754	Recursos de Operações de Crédito
Complemento:	0	Não se aplica
Reduzido:	10418	

21 – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS (REAJUSTE E REEQUILÍBRIO)

21.1 – DO REAJUSTE

21.1.1 – Pactuada a Ata/Contrato oriunda(o) ou não de Registro de Preços, poderão os preços serem reajustados, após 12 meses, pelo índice/percentual que incidir no valor do preço originalmente orçado/estimado por esta municipalidade, comprovadamente com documentos; visto que os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data base do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

21.1.2 – Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, para compras e serviços comuns, em geral, sem dedicação exclusiva.

21.1.3 – Em relação a obras e serviços de engenharia, a revisão poderá ser realizada, após o prazo inicial de 12 (doze) meses do subitem anterior, os preços iniciais poderão ser reajustados, por índice setorial (INCC-DI), através de Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), e/ou Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO-DNIT) para pavimentação asfáltica, mediante requisição da parte licitante, dentro do prazo de vigência, e com fundamentação e comprovação do pedido.

21.1.4 – O reajuste/reequilíbrio deverá ser pleiteado, via Protocolo Geral do Município, ou pelo e-mail **licitacoes.tramandai@gmail.com**, do Setor de Licitação, no horário compreendido entre 13h e 19h, até 90 (noventa) dias após a ocorrência do fato que o autorize, desde que ainda vigente o contrato, ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

21.1.5 – Não requerido o reajuste no prazo previsto no parágrafo anterior, haverá a renúncia tácita à aplicação do referido instituto para o lapso temporal a que este se refere.

21.1.6 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.1.7 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.2 – DO REEQUILÍBRIO

21.2.1 – A beneficiária da Ata/Contrato, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, conforme previsto no **subitem 21.1.4**, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

21.2.2 – A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

21.2.3 – O pedido de atualização dos preços aos valores praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

21.2.4 – O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer através de processo administrativo protocolado junto ao Setor de Protocolo Geral do Município, nos moldes do **subitem 21.1.4** e deverá estar acompanhado do quadro de apuração de valores.

22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

22.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem 22.1 deste Edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.3 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 22.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

22.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem 22.2 do presente Edital.

22.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.6 - A aplicação das sanções previstas no subitem 22.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.7 - Na aplicação da sanção prevista no subitem 22.2, alínea “b”, do presente Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

22.8 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

22.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.13 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do subitem 22.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22.14 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

22.15 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018):

23.1 - A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 - Quaisquer impugnações, informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, **formalmente, em um único momento**, após a leitura na íntegra do Edital e todos os seus anexos, ao Município de Tramandaí, Setor de Licitações, pelo e-mail **licitacoes.tramandai@gmail.com**, no horário compreendido entre 13h e 19h, **em documento formal emitido por pessoa física ou jurídica, com todos os dados pertinentes à solicitante, tais como: endereço completo, telefone, e-mail, razão social completa/nome completo, CNPJ/CPF, devidamente assinada pelo representante legal da empresa (sócio administrador) ou pessoa física, devendo, no caso de procurador, anexar cópia da procuração, até três dias úteis anterior a data prevista para abertura do certame (**/**/2026).**

- a) Deixando de constar quaisquer dos dados acima citados será enviado e-mail solicitando complementação de documentação/informação.

24.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no site do Banrisul, juntamente com Edital e outros anexos sítio eletrônico da Administração www.tramandai.rs.gov.br/licitacoes.php.

24.3 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente às ora fixadas.

24.4 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.

24.5 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Tramandaí, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial contratado.

24.6 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.7 - A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

24.8 - As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9 - A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

24.10 - A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

24.11 - O Município de Tramandaí não será penalizado por qualquer problema que possa ocorrer no sistema do Bannisul, em qualquer fase do Pregão.

24.12 - O presente Edital, e todos os seus anexos poderão ser retirados no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.pregaobanrisul.com.br ou www.tramandai.rs.gov.br, opção 'Licitações'.

24.13 - As assinaturas dos documentos apresentadas para habilitação e ou assinatura de contrato/ata de registro **poderão** estar no formato eletrônico, conforme regulamentação da Lei nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020, ou da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001, e deverão estar acompanhadas do respectivo relatório de conformidade.

24.14 – A não observância das exigências editalícias acarretará na desclassificação da proposta ou inabilitação da empresa.

24.15 – Os prazos não estipulados em dias úteis no presente Edital, tratam-se de prazos contínuos.

24.16 - São anexos deste Edital:

- ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO (LC nº 123/2006)
- ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

24.17 - Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Tramandaí, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 27 de julho de 2026.

JUAREZ MARQUES DA SILVA
Prefeito



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº 101/2026, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo.

LOTE	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor unitário cotado
01	VEÍCULO - RESUMO: Retroescavadeira sobre pneus: nova, de fabricação nacional; Motor Diesel, 4 cilindros, turboalimentado, potência líquida mínima de 85 hp, que atenda às normas de emissão de poluentes Proconve MAR-I ou superior; Transmissão do tipo Powershuttle ou superior, com no mínimo 4 marchas à frente e 4 à ré; Tração: 4x4 (tração integral nas quatro rodas) com acionamento por botão ou alavanca; Comandos por alavancas multifuncionais ou joysticks (padrão ISO); Caçamba Dianteira (Carregadeira): De "uso geral", com lâminas e sobre lâminas e capacidade mínima coroadada de 1,0 m³. Caçamba traseira de escavação com largura mínima de 24" (600 mm). Cabine fechada, com estrutura ROPS (proteção contra capotamento) e FOPS (proteção contra queda de objetos). Assento com suspensão e ajuste de peso, ar-condicionado de fábrica e cinto de segurança, computador de bordo para monitoramento, película de proteção solar nos vidros conforme legislação vigente. Conjunto completo de luzes de trânsito, luzes de trabalho (dianteiras e traseiras). Peso Operacional de Mínimo de 7.000 kg. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. A entrega deverá ser realizada em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos adicionais para a Administração. Marca/Modelo:	03 unidades	R\$ 421.296,67	R\$
02	VEÍCULO - RESUMO: Pá Carregadeira:	01 unidade	R\$ 471.300,00	R\$

	Aquisição de pá carregadeira sobre rodas, nova, de fabricação nacional, motor Diesel, mínimo 4 cilindros, turboalimentado e com intercooler, potência líquida mínima de 150 hp (112 kW). Com atendimento às normas de emissões de poluentes Proconve MAR-I ou superior. Transmissão do Tipo Powershift, com controle eletrônico e no mínimo 4 marchas à frente e 3 à ré. Tração nas 4 rodas (4x4). Cabine com Ar-condicionado, banco do motorista com suspensão pneumática e ajustes de altura/inclinação. Volante com regulagem de altura e profundidade. Computador de bordo para monitoramento, película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros. Discos de freio banhados a óleo em todas as rodas, com sistema de acionamento hidráulico independente. Caçamba de uso geral com lâmina e sobre lâminas com capacidade coroadada mínima de 2 m³. Peso Operacional mínimo de 12.000 kg. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
03	VEÍCULO - RESUMO: Caminhão: Aquisição de caminhão tipo semi pesado, novo (0km), configuração de eixos 6x2 (trucado), para aplicação em caçamba. Motor Diesel, 6 cilindros em linha, turboalimentado e com intercooler. Potência mínima de 260 cv. Sistema de emissões de poluentes em conformidade com a norma Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Caixa de Câmbio manual ou automatizada de no mínimo 6 marchas, chassis reforçado para implementos pesados. PBT (Peso Bruto Total) mínimo homologado de 23.000 kg. Cabine com Ar-condicionado, banco do motorista com suspensão pneumática e ajustes de altura/inclinação. Volante com regulagem de altura e profundidade. Vidros e travas com acionamento elétrico. Computador de bordo para monitoramento, rádio original, película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros laterais. Freios com sistema a ar integral, com circuitos independentes e secador de ar; com ABS (Sistema Antibloqueio) e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem). Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com caçamba basculante de no mínimo 12 m 3 modelo Standard (estruturada), tampa traseira com sistema duplo de abertura e travas de segurança. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e	04 unidades	R\$ 683.519,33	R\$

	estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
04	VEÍCULO - RESUMO: Trator agrícola, de rodas: novo (zero hora), tração 4x4, tipo compacto, motor diesel, 04 cilindros, potência mínima 75 cv, turboalimentado ou aspirado em conformidade com as normas vigentes de emissões (Proconve MAR-I- Resolução CONAMA 433/20211). Transmissão mecânica com embreagem dupla. Sistema com tomada de força (TDP) com acionamento mecânico independente, levante Hidráulico com sistema de 3 pontos, Categoria II, com capacidade de carga mínima de 2.000 kg. Direção Hidrostática ou Hidráulica com bomba exclusiva. Tanque de combustível de no mínimo 65 litros. Veículo entregue sem custos adicionais, tanque cheio e devidamente regularizado nos órgãos responsáveis. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:	02 unidades	R\$ 163.527,50	R\$
05	VEÍCULO - RESUMO: Motoniveladora, articulada: nova (0 km), de fabricação nacional; Motor diesel, 6 cilindros, turboalimentado, com certificação de emissões Proconve MAR-I, potência líquida mínima 150 hp. Transmissão com controle eletrônico, sistema Powershift, com no mínimo 6 marchas à frente e 3 marchas à ré. Lâmina Central com comprimento mínimo de 12 pés (3.658 mm), Movimentação da Lâmina com Sistema hidráulico que permita o deslocamento lateral, inclinação de passo (ajuste do ângulo de corte). Cabine fechada, com certificação ROPS/FOPS, com ar condicionado de fábrica, assento com suspensão mecânica ou pneumática, ajustes de altura e peso. Comando das funções hidráulicas através de alavancas de curso curto ou joysticks de alta precisão. Película de proteção solar nos vidros, conforme legislação vigente. Ripper (Escarificador) Traseiro tipo paralelogramo, com no mínimo 5 dentes. Peso Operacional mínimo de 15.000 kg, garantindo estabilidade e	01 unidade	R\$ 1.116.333,33	R\$

	força de tração. Conjunto completo de faróis de trabalho (dianteiros, traseiros e sobre a lâmina), lanternas de trânsito, alarme de ré, buzina, espelhos retrovisores internos e externos e extintor de incêndio. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
06	VEÍCULO - RESUMO: Escavadeira hidráulica de porte médio, sobre esteiras: nova, de fabricação nacional; Motor Diesel 6 cilindros, turboalimentado, potência líquida mínima de 160 hp, que atenda às normas de emissão de poluentes Proconve MAR-I / Tier III ou superior; Comandos por alavancas multifuncionais ou joysticks (padrão ISO); Caçamba com capacidade mínima de 1,2 m³. Cabine fechada, com estrutura ROPS (proteção contra capotamento) e FOPS (proteção contra queda de objetos). Assento com suspensão e ajuste de peso, ar-condicionado de fábrica e cinto de segurança. Conjunto completo de luzes e luzes de trabalho (dianteiras e traseiras). Película de proteção solar nos vidros, conforme legislação vigente. Peso Operacional de Mínimo de 22.000 kg. Tanque de combustível de no mínimo 400 litros. Sistema de bombas principais dupla de pistões axiais de deslocamento variável. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:	02 unidades	R\$ 474.666,67	R\$
07	VEÍCULO - RESUMO: Caminhão novo (0 km), de cor branco, configuração de eixos 4x2, de fabricação nacional, motor Diesel, 4 cilindros em linha, turbo e intercooler, potência mínima de 185 cv, que atenda normas de emissão de poluentes Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Transmissão Manual ou Automatizada de no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré. Peso Bruto Total (PBT) homologado de, no mínimo, 16.000 kg. Direção Hidráulica ou Elétrica. Freios	01 unidade	R\$ 541.966,67	R\$

	Sistema pneumático (a ar) com tambores ou discos nas 4 rodas, equipado com ABS e EBD. Cabine com ar-condicionado de fábrica, banco do motorista com suspensão pneumática, computador de bordo, vidros e travas elétricas, rádio original, película solar nos vidros laterais conforme legislação vigente. Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com caçamba basculante de no mínimo 6 m³ modelo Standard (estruturada), tampa traseira com sistema duplo de abertura e travas de segurança. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
08	VEÍCULO - RESUMO: Caminhão: novo (0 km), configuração de eixos 4x2, equipado com implemento tipo carroceria aberta de madeira ou metálica, motor Diesel, 4 cilindros, turbo e intercooler, potência mínima de 160 cv, que atenda às normas de emissão Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Transmissão manual ou automatizada de no mínimo 6 marchas à frente. Peso Bruto Total (PBT) homologado de, no mínimo, 9.000 kg (9 toneladas). Ar-condicionado de fábrica, vidros e travas elétricas, banco do motorista com ajuste ergonômico e painel com computador de bordo, rádio original e película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros laterais. Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com carroceria aberta tipo "Carga Seca". Estrutura em madeira com espessura mínima de 30 mm, macho e fêmea, ou em chapa de aço xadrez antiderrapante. Tampas laterais e traseira em madeira ou aço, com altura mínima de 400 mm, articuladas e removíveis. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:	01 unidade	R\$ 349.666,67	R\$
09	Caminhão equipado com Hidrojateamento e Sucção a Vácuo Caminhão: 0 (zero) km, ano/modelo 2026/2026, diesel, tração 4x2,	01 unidade	R\$ 770.633,33	R\$

Motor EURO 6 PROCONVE P8: 06 cilindros em linha, potencia de 260CV, torque min 900Nm; Transmissão 6 marchas sincronizadas; Suspensão conforme linha de produção; PBT min: 16.000, Freio de estacionamento com câmara de molas pneumática; Tanque de combustível diesel com capacidade de 275 litros; Tanque de Arla 32 com capacidade de 21 litros. EQUIPAMENTO DE VÁCUO E HIDROJATEAMENTO PARA CAMINHÕES EQUIPAMENTO MODELO: 10.000 LITROS (5.000 + 5.000) Equipamento Combinado vácuo e hidrojateamento. O equipamento será instalado no chassi do caminhão. DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Tanque reservatório formato cilíndrico de 10.000 lts. Com sistema de basculamento de duplo estágio, construído em chapa aço carbono 3/16" (4,75mm), reforçado externamente com vigas "U", dividido em dois compartimentos, sendo um com capacidade de 5.000 litros de água limpa para a bomba de Hidrojato e 5.000 litros para detritos. Divisória interna; Quebra-onhas no interior do tanque soldados sobre reforço; 2 Boca superior Ø300mm com (compartimento de detritos); Boca de visita / abastecimento Ø 500 mm (compartimento de água); Dreno inferior com válvula de esfera e bocal tipo "storz" Ø 2.1/2" para carregamento por hidrante (compartimento de água); Tampa traseira disposta sobre dobradiça na parte superior do tanque, com vedação em borracha nitrílica anticorrosiva, abertura/fechamento por fusos rosca 1"1/4 x 330mm e borboletão 1"1/4, Tampa traseira com basculamento hidráulico através de cilindro hidráulico de baixa pressão. Tubulação de "carga com registro de esfera Ø 4" e bocal de engate rápido de alumínio, instalado na lateral traseira do equipamento; Tubulação de descarga "com registro de esfera Ø 4" e bocal de engate rápido de alumínio, instalado na parte inferior da tampa traseira (compartimento de detritos); Válvula de Segurança/alívio; Suportes laterais (cabides) para apoio dos mangotes (sucção e descarga); Visor de nível tipo coluna no compartimento de água de selagem da bomba de vácuo; Visor de nível tipo coluna no compartimento de água hidrojateamento; Visor de nível tipo coluna no compartimento de detritos. SISTEMA DE VÁCUO: Bomba de Lóbulos BLW 400 PM, QG 2570 m³/h - 42800 L/min 1511 cfm. RPM: 1200 rpm Max Vácuo Máx: 0,88 Bar 78 KW Sucção: até 20m com sistema de transporte pneumático. Bomba de vácuo tipo volumétrica, de lóbulos, sem lubrificação, resfriada mediante injeção de ar, instalada ao câmbio do caminhão. Possui uma válvula de desvio vácuo/pressão, válvulas de não-retorno principal e de injeção, coletores móveis de entrada/saída para injeção feitos em alumínio. Possui silenciadores, filtro de ar de aspiração e válvula de segurança. Utilizados em caminhões de saneamento. SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO: Bomba de alta pressão,			
---	--	--	--

	para operar com vazão de 265 litros / minuto e pressão máxima de 160 kgf/cm² - O circuito será equipado com válvula de segurança com sistema "bypass" para abertura com 10% acima da pressão máxima de operação, manômetro e registros de esfera de alta pressão; CARRETEL PRINCIPAL: Tipo bandeira com 120 metros de mangueira Ø 3/4". O carretel será instalado na tampa traseira do tanque, tipo bandeira com abertura de até 120° e estrutura de sustentação independente, com acionamento hidráulicos nos dois sentidos de rotação, com comando centralizado e com regulação de velocidade de ambos os sentidos. A unidade de acionamento será constituída de reservatório de óleo CARRETEL AUXILIAR: Rotativo com capacidade para armazenar 50 metros de mangueira Ø 1/2", para uso com pistola de hidro jateamento; SISTEMA DE ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO E VACUO. Através de caixa de transferência integral de dupla saída instalada sobre o chassi do veículo e acoplada ao cardan entre a caixa de câmbio e o diferencial do sistema de engate e desengate pneumático, sinalizado com acionamento do interior da cabine. PAINEL DE COMANDO: Será instalado na lateral traseira do tanque possibilitando a operação de apenas um operador. Contendo os seguintes instrumentos: Comando hidráulico para abertura o carretel traseiro nos dois sentidos de rotação do carretel principal. TOMADA DE FORÇA: Tomadas de força multiplicada ou reforçada. ACESSÓRIOS: Armários laterais com portas e fechaduras; 20 metros de Mangote Ø 4"; Ponteira para magote Ø 4"; 120 metros de mangueira Ø 3/4; Tampas cegas para os bocais de engate rápido; Bicos, para desobstrução, de rede esgoto; Bico concentrado de 1/2 para lavagem de pátio e fachada 3 Engate rápido de 4" x 3"; Pistola tipo Karcher com um bico; Suporte para cones; Faixas refletivas; Para-choque traseiro homologado conforme normas vigentes do CNT; Protetor lateral homologado conforme normas vigentes do CNT; Pintura interna: Preparação da superfície; Limpeza da superfície; Tinta de fundo; Pintura externa: Preparação da superfície; Limpeza da superfície, Tinta de fundo; Primer automotivo poliuretano (PU); Tinta de acabamento; (PU) na cor escolhida pelo município contratante; Obs.: * Será admitida a participação de concessionárias e revendedoras desde que observadas todas as condições previstas no Edital, e que o veículo seja 0 km/novo, ou seja, sem uso anterior, com altura mínima de 400 mm, articuladas e removíveis. Os veículos deverão possuir <u>garantia mínima</u> de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do			
--	---	--	--	--

	contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. O conjunto (caminhão e equipamento combinado) deverá ser faturado de forma a garantir a elegibilidade integral ao financiamento BNDES FINAME, apresentando os respectivos códigos MDA/CFI tanto para o chassi quanto para o implemento instalado Marca/Modelo:			
--	--	--	--	--

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 101/2026 que os itens ofertados atendem integralmente a descrição do Anexo I.

Telefone:

e-mail:

-----, -- de ----- de 2026.

Assinatura e carimbo da empresa

Conforme subitem 6.5 do Edital – Após a fase de lances e aceite dos valores o licitante terá o prazo de 120 (cento e vinte) minutos para atualizar os valores unitários no sistema e incluir junto ao sistema a proposta de preços atualizada para seu posterior julgamento.

a) O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação.

b) Caso a empresa vencedora não inclua a proposta final e/ou não atualize os valores unitários junto ao sistema dentro do prazo, terá sua proposta desclassificada para o lote.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

ANEXO II

Ao Pregoeiro

DECLARAÇÃO

Tendo examinado o Edital, nós abaixo-assinados, declaramos, sob as penas da Lei, junto ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Tramandaí, **que somos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações**, para participação no Pregão Eletrônico de nº 101/2026 e que no ano-calendário de realização da licitação **não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam o valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**, em conformidade com o inciso II, do artigo 03, da Lei 123/2006 e §2, do artigo 04, da Lei nº 14.133/2021, em cumprimento ao inciso.

-----, -- de ----- de 2026.

Assinatura e carimbo da empresa



ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº

**"CONTRATO QUE FAZEM DE UM LADO O
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ E DE OUTRO
A EMPRESA *****"**

O MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, criado pela Lei nº 5.037, inscrito no CNPJ sob o nº 88.771.001/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUAREZ MARQUES DA SILVA, com poderes que lhe são conferidos pelo art. 106 da Lei Orgânica do Município, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº *****, estabelecida na Rua/Av. *****, nº *****, Bairro *****, em *****/**, CEP: *****, fone: ** *****, e-mail: *****, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). *****, inscrito(a) no CPF sob o nº *****, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de maquinário pesado e veículos operacionais destinados à utilização da Secretaria Municipal da Zona Sul e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Município de Tramandaí, conforme descrito no Anexo I, Termo de Referência e demais especificações/exigências/considerações do Edital.

Considerações/exigências/especificações:

- As três primeiras revisões deverão ser prestadas gratuitamente para cada um dos itens licitados, sem qualquer ônus para a Administração.
- Esta contratação observará integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas operacionais e regulamentares do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aplicáveis ao FINAME, vigentes na data da contratação.
- a) As exigências previstas nos regulamentos do BNDES referentes ao credenciamento de equipamentos, fabricantes e fornecedores deverão ser atendidas na assinatura do Contrato, conforme regulamentação disponível na página oficial do BNDES, bem como deverão ser observadas as demais normas técnicas aplicáveis ao objeto, inclusive aquelas expedidas pelos órgãos competentes.
- Considerando que a aquisição será realizada com recursos provenientes de financiamento pelo FINAME, os equipamentos ofertados deverão atender às exigências estabelecidas pelo BNDES para financiamento, inclusive quanto ao credenciamento do fabricante e/ou fornecedor e ao cadastramento do bem no Credenciamento de Fabricantes Informatizado - CFI, quando aplicável, bem como às demais condições técnicas, operacionais e cadastrais vigentes para aprovação e liberação do crédito.
- A contratação fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como à aprovação da operação de financiamento pela instituição financeira responsável e pelo BNDES, observadas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

- Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, entregues devidamente em nome do Município de Tramandaí/RS, que deverá constar como primeiro proprietário, contendo o grafismo (layout) fornecido pela Administração Municipal. Deverão acompanhar os bens todos os manuais técnicos, certificados de conformidade, termos de garantia, e demais documentos indispensáveis à plena utilização dos equipamentos, além da realização de treinamento operacional aos servidores indicados pelo Município.

- Os equipamentos deverão atender às normas de emissão de poluentes estabelecidas pela legislação vigente, observando, no mínimo, as diretrizes do PROCONVE MAR-I ou norma ambiental superior vigente, assegurando o atendimento aos requisitos mínimos de potência, capacidade operacional, desempenho e sustentabilidade ambiental.

- Em observância ao desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, os fornecedores deverão adotar práticas de responsabilidade sócio ambiental, priorizando tecnologias que reduzam os impactos ambientais decorrentes da operação dos equipamentos, bem como processos produtivos compatíveis com a legislação ambiental vigente.

- Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas trabalhadas, ou prazo superior quando previsto no Termo de Referência ou oferecido pelo fabricante, assegurando assistência técnica autorizada, suporte técnico pós-venda e disponibilidade de peças de reposição durante todo o período de garantia, com as três primeiras revisões gratuitas. Salienta-se que os maquinários devem ser entregues com o tanque cheio.

- Durante o período de garantia, caberá exclusivamente à Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, realizar a coleta do equipamento no Município de Tramandaí/RS ou prestar atendimento no próprio local onde o bem estiver em operação, quando tecnicamente viável, responsabilizando-se integralmente pelos custos de transporte, deslocamento, frete, mão de obra, peças e demais despesas necessárias à execução dos serviços.

a) Caso seja indispensável o deslocamento do equipamento até unidade de assistência técnica autorizada, esta deverá estar localizada a uma distância máxima de 300 (trezentos) quilômetros do Município de Tramandaí/RS, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

- O descumprimento dos prazos de atendimento, a inadequação da assistência técnica prestada ou a indisponibilidade injustificada de peças poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital e no Contrato, sem prejuízo da responsabilização da Contratada pelos prejuízos decorrentes da indisponibilidade dos equipamentos.

- Não será admitida a subcontratação do fornecimento do objeto, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Edital e autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

- A seleção da Contratada ocorrerá mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se, em princípio, o modo de disputa aberto, com critério de julgamento pelo menor preço, observadas as especificações técnicas mínimas do objeto, os requisitos de habilitação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, as exigências estabelecidas no Edital e as condições específicas necessárias à contratação com recursos provenientes do FINAME, incluindo a observância das normas operacionais e dos regulamentos vigentes do BNDES. A definição da modalidade licitatória, do modo de disputa e dos demais elementos do procedimento será submetida à análise do Departamento Jurídico de Licitações, que poderá ratificá-los ou determinar sua retificação, caso verifique a necessidade de adequação à legislação vigente.

- Frise-se a exigência do credenciamento junto ao BNDES-FINAME para a assinatura do Contrato, mediante apresentação de documento oficial emitido pelo BNDES.

a) A exigência de credenciamento no catálogo FINAME/BNDES decorre de condição obrigatória imposta pelo agente financiador para liberação dos recursos, não se tratando de exigência discricionária da Administração, devendo o documento ser apresentado na assinatura do Contrato.

Parágrafo 1º: A servidora Julice Dias de Oliveira ficará responsável pela fiscalização do Contrato, o servidor Bruno Rissotto Banaletti ficará responsável pela fiscalização técnica e a servidora Thiesley dos Santos Barros ficará responsável pelo gerenciamento do instrumento contratual.

Parágrafo 2º: Faz parte integrante deste Contrato o processo de licitação nº ____/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, processo administrativo nº 24617/2026.

Parágrafo 3º: Correrão às expensas da Contratada todas as despesas sociais, fiscais, trabalhistas, regulatórias, etc.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Fundamento Legal

O presente Contrato tem origem em licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, e se fundamenta na Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, bem como pelo Decreto nº 5.157 de 19 de outubro de 2023, que regulamenta as licitações e Contratos administrativos no Município de Tramandaí, pelo Decreto 10.024/2019 e pelas condições do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Preço e Forma de Pagamento

O Contratante pagará à Contratada o valor abaixo discriminado:

LOTE	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor unitário cotado
01	VEÍCULO RESUMO: Retroescavadeira sobre pneus: nova, de fabricação nacional; Motor Diesel, 4 cilindros, turboalimentado, potência líquida mínima de 85 hp, que atenda às normas de emissão de poluentes Proconve MAR-I ou superior; Transmissão do tipo Powershuttle ou superior, com no mínimo 4 marchas à frente e 4 à ré; Tração: 4x4 (tração integral nas quatro rodas) com acionamento por botão ou alavanca; Comandos por alavancas multifuncionais ou joysticks (padrão ISO); Caçamba Dianteira (Carregadeira): De “uso geral”, com lâminas e sobre lâminas e capacidade mínima coroada de 1,0 m³. Caçamba traseira de escavação com largura mínima de 24" (600 mm). Cabine fechada, com estrutura ROPS (proteção contra capotamento) e FOPS (proteção contra queda de objetos). Assento com suspensão e ajuste de peso, ar-condicionado de fábrica e cinto de segurança, computador de bordo para monitoramento, película de proteção solar nos vidros conforme legislação vigente. Conjunto completo de luzes de trânsito, luzes de trabalho (dianteiras e traseiras). Peso Operacional de Mínimo de 7.000 kg. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. A entrega deverá ser realizada em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos adicionais para a Administração. Marca/Modelo:	03 unidades	R\$ 421.296,67	R\$
02	VEÍCULO	01 unidade	R\$	R\$

	RESUMO: Pá Carregadeira: Aquisição de pá carregadeira sobre rodas, nova, de fabricação nacional, motor Diesel, mínimo 4 cilindros, turboalimentado e com intercooler, potência líquida mínima de 150 hp (112 kW). Com atendimento às normas de emissões de poluentes Proconve MAR-I ou superior. Transmissão do Tipo Powershift, com controle eletrônico e no mínimo 4 marchas à frente e 3 à ré. Tração nas 4 rodas (4x4). Cabine com Ar-condicionado, banco do motorista com suspensão pneumática e ajustes de altura/inclinação. Volante com regulagem de altura e profundidade. Computador de bordo para monitoramento, película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros. Discos de freio banhados a óleo em todas as rodas, com sistema de acionamento hidráulico independente. Caçamba de uso geral com lâmina e sobre lâminas com capacidade coroadada mínima de 2 m³. Peso Operacional mínimo de 12.000 kg. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:		471.300,00	
03	VEÍCULO RESUMO: Caminhão: Aquisição de caminhão tipo semi pesado, novo (0km), configuração de eixos 6x2 (trucado), para aplicação em caçamba. Motor Diesel, 6 cilindros em linha, turboalimentado e com intercooler. Potência mínima de 260 cv. Sistema de emissões de poluentes em conformidade com a norma Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Caixa de Câmbio manual ou automatizada de no mínimo 6 marchas, chassis reforçado para implementos pesados. PBT (Peso Bruto Total) mínimo homologado de 23.000 kg. Cabine com Ar-condicionado, banco do motorista com suspensão pneumática e ajustes de altura/inclinação. Volante com regulagem de altura e profundidade. Vidros e travas com acionamento elétrico. Computador de bordo para monitoramento, rádio original, película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros laterais. Freios com sistema a ar integral, com circuitos independentes e secador de ar; com ABS (Sistema Antibloqueio) e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem). Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com caçamba basculante de no mínimo 12 m 3 modelo Standard (estruturada), tampa traseira com sistema duplo de abertura e travas de segurança. Os veículos deverão possuir	04 unidades	R\$ 683.519,33	R\$

	garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
04	VEÍCULO RESUMO: Trator agrícola, de rodas: novo (zero hora), tração 4x4, tipo compacto, motor diesel, 04 cilindros, potência mínima 75 cv, turboalimentado ou aspirado em conformidade com as normas vigentes de emissões (Proconve MAR-I- Resolução CONAMA 433/20211). Transmissão mecânica com embreagem dupla. Sistema com tomada de força (TDP) com acionamento mecânico independente, levante Hidráulico com sistema de 3 pontos, Categoria II, com capacidade de carga mínima de 2.000 kg. Direção Hidrostática ou Hidráulica com bomba exclusiva. Tanque de combustível de no mínimo 65 litros. Veículo entregue sem custos adicionais, tanque cheio e devidamente regularizado nos órgãos responsáveis. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:	02 unidades	R\$ 163.527,50	R\$
05	VEÍCULO RESUMO: Motoniveladora, articulada: nova (0 km), de fabricação nacional; Motor diesel, 6 cilindros, turboalimentado, com certificação de emissões Proconve MAR-I, potência líquida mínima 150 hp. Transmissão com controle eletrônico, sistema Powershift, com no mínimo 6 marchas à frente e 3 marchas à ré. Lâmina Central com comprimento mínimo de 12 pés (3.658 mm), Movimentação da Lâmina com Sistema hidráulico que permita o deslocamento lateral, inclinação de passo (ajuste do ângulo de corte). Cabine fechada, com certificação ROPS/FOPS, com ar condicionado de fábrica, assento com suspensão mecânica ou pneumática, ajustes de altura e peso. Comando das funções hidráulicas através de alavancas de curso curto ou joysticks de alta precisão. Película de proteção solar nos vidros, conforme legislação vigente. Ripper (Escarificador)	01 unidade	R\$ 1.116.333,33	R\$

	Traseiro tipo paralelogramo, com no mínimo 5 dentes. Peso Operacional mínimo de 15.000 kg, garantindo estabilidade e força de tração. Conjunto completo de faróis de trabalho (dianteiros, traseiros e sobre a lâmina), lanternas de trânsito, alarme de ré, buzina, espelhos retrovisores internos e externos e extintor de incêndio. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
06	VEÍCULO RESUMO: Escavadeira hidráulica de porte médio, sobre esteiras: nova, de fabricação nacional; Motor Diesel 6 cilindros, turboalimentado, potência líquida mínima de 160 hp, que atenda às normas de emissão de poluentes Proconve MAR-I / Tier III ou superior; Comandos por alavancas multifuncionais ou joysticks (padrão ISO); Caçamba com capacidade mínima de 1,2 m³. Cabine fechada, com estrutura ROPS (proteção contra capotamento) e FOPS (proteção contra queda de objetos). Assento com suspensão e ajuste de peso, ar-condicionado de fábrica e cinto de segurança. Conjunto completo de luzes e luzes de trabalho (dianteiras e traseiras). Película de proteção solar nos vidros, conforme legislação vigente. Peso Operacional de Mínimo de 22.000 kg. Tanque de combustível de no mínimo 400 litros. Sistema de bombas principais dupla de pistões axiais de deslocamento variável. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:	02 unidades	R\$ 474.666,67	R\$
07	VEÍCULO RESUMO: Caminhão novo (0 km), de cor branco, configuração de eixos 4x2, de fabricação nacional, motor Diesel, 4 cilindros em linha, turbo e intercooler, potência mínima de 185 cv, que atenda normas de emissão de	01 unidade	R\$ 541.966,67	R\$

	poluentes Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Transmissão Manual ou Automatizada de no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré. Peso Bruto Total (PBT) homologado de, no mínimo, 16.000 kg. Direção Hidráulica ou Elétrica. Freios Sistema pneumático (a ar) com tambores ou discos nas 4 rodas, equipado com ABS e EBD. Cabine com ar-condicionado de fábrica, banco do motorista com suspensão pneumática, computador de bordo, vidros e travas elétricas, rádio original, película solar nos vidros laterais conforme legislação vigente. Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com caçamba basculante de no mínimo 6 m³ modelo Standard (estruturada), tampa traseira com sistema duplo de abertura e travas de segurança. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. Marca/Modelo:			
08	VEÍCULO RESUMO: Caminhão: novo (0 km), configuração de eixos 4x2, equipado com implemento tipo carroceria aberta de madeira ou metálica, motor Diesel, 4 cilindros, turbo e intercooler, potência mínima de 160 cv, que atenda às normas de emissão Proconve P-8 (Euro 6) ou superior. Transmissão manual ou automatizada de no mínimo 6 marchas à frente. Peso Bruto Total (PBT) homologado de, no mínimo, 9.000 kg (9 toneladas). Ar-condicionado de fábrica, vidros e travas elétricas, banco do motorista com ajuste ergonômico e painel com computador de bordo, rádio original e película de proteção solar conforme legislação vigente nos vidros laterais. Tacógrafo com aferição vigente. Equipado com carroceria aberta tipo "Carga Seca". Estrutura em madeira com espessura mínima de 30 mm, macho e fêmea, ou em chapa de aço xadrez antiderrapante. Tampas laterais e traseira em madeira ou aço, com altura mínima de 400 mm, articuladas e removíveis. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a	01 unidade	R\$ 349.666,67	R\$

	Administração. Marca/Modelo:			
09	Caminhão equipado com Hidrojateamento e Sucção a Vácuo Caminhão: 0 (zero) km, ano/modelo 2026/2026, diesel, tração 4x2, Motor EURO 6 PROCONVE P8: 06 cilindros em linha, potência de 260CV, torque min 900Nm; Transmissão 6 marchas sincronizadas; Suspensão conforme linha de produção; PBT min: 16.000, Freio de estacionamento com câmara de molas pneumática; Tanque de combustível diesel com capacidade de 275 litros; Tanque de Arla 32 com capacidade de 21 litros. EQUIPAMENTO DE VÁCUO E HIDROJATEAMENTO PARA CAMINHÕES EQUIPAMENTO MODELO: 10.000 LITROS (5.000 + 5.000) Equipamento Combinado vácuo e hidrojateamento. O equipamento será instalado no chassi do caminhão. DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Tanque reservatório formato cilíndrico de 10.000 lts. Com sistema de basculamento de duplo estágio, construído em chapa aço carbono 3/16" (4,75mm), reforçado externamente com vigas "U", dividido em dois compartimentos, sendo um com capacidade de 5.000 litros de água limpa para a bomba de Hidrojato e 5.000 litros para detritos. Divisória interna; Quebra-onças no interior do tanque soldados sobre reforço; 2 Boca superior Ø300mm com (compartimento de detritos); Boca de visita / abastecimento Ø 500 mm (compartimento de água); Dreno inferior com válvula de esfera e bocal tipo "storz" Ø 2.1/2" para carregamento por hidrante (compartimento de água); Tampa traseira disposta sobre dobradiça na parte superior do tanque, com vedação em borracha nitrílica anticorrosiva, abertura/fechamento por fusos rosca 1"1/4 x 330mm e borboletão 1"1/4, Tampa traseira com basculamento hidráulico através de cilindro hidráulico de baixa pressão. Tubulação de "carga com registro de esfera Ø 4" e bocal de engate rápido de alumínio, instalado na lateral traseira do equipamento; Tubulação de descarga "com registro de esfera Ø 4" e bocal de engate rápido de alumínio, instalado na parte inferior da tampa traseira (compartimento de detritos); Válvula de Segurança/alívio; Suportes laterais (cabides) para apoio dos mangotes (sucção e descarga); Visor de nível tipo coluna no compartimento de água de selagem da bomba de vácuo; Visor de nível tipo coluna no compartimento de água hidrojateamento; Visor de nível tipo coluna no compartimento de detritos. SISTEMA DE VÁCUO: Bomba de Lóbulos BLW 400 PM, QG 2570 m³/h - 42800 L/min 1511 cfm. RPM: 1200 rpm Max Vácuo Máx: 0,88 Bar 78 KW Sucção: até 20m com sistema de transporte pneumático. Bomba de vácuo tipo volumétrica, de lóbulos, sem lubrificação, resfriada mediante injeção de ar, instalada ao câmbio do caminhão. Possui uma válvula de desvio vácuo/pressão, válvulas de não-retorno principal e de injeção, coletores móveis de	01 unidade	R\$ 770.633,33	R\$

	entrada/saída para injeção feitos em alumínio. Possui silenciadores, filtro de ar de aspiração e válvula de segurança. Utilizados em caminhões de saneamento. SISTEMA DE HIDROJATEAMENTO: Bomba de alta pressão, para operar com vazão de 265 litros / minuto e pressão máxima de 160 kgf/cm² - O circuito será equipado com válvula de segurança com sistema "bypass" para abertura com 10% acima da pressão máxima de operação, manômetro e registros de esfera de alta pressão; CARRETEL PRINCIPAL: Tipo bandeira com 120 metros de mangueira Ø 3/4". O carretel será instalado na tampa traseira do tanque, tipo bandeira com abertura de até 120° e estrutura de sustentação independente, com acionamento hidráulicos nos dois sentidos de rotação, com comando centralizado e com regulagem de velocidade de ambos os sentidos. A unidade de acionamento será constituída de reservatório de óleo CARRETEL AUXILIAR: Rotativo com capacidade para armazenar 50 metros de mangueira Ø 1/2", para uso com pistola de hidro jateamento; SISTEMA DE ACIONAMENTO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO E VACUO. Através de caixa de transferência integral de dupla saída instalada sobre o chassi do veículo e acoplada ao cardan entre a caixa de câmbio e o diferencial do sistema de engate e desengate pneumático, sinalizado com acionamento do interior da cabine. PAINEL DE COMANDO: Será instalado na lateral traseira do tanque possibilitando a operação de apenas um operador. Contendo os seguintes instrumentos: Comando hidráulico para abertura o carretel traseiro nos dois sentidos de rotação do carretel principal. TOMADA DE FORÇA: Tomadas de força multiplicada ou reforçada. ACESSÓRIOS: Armários laterais com portas e fechaduras; 20 metros de Mangote Ø 4"; Ponteira para magote Ø 4"; 120 metros de mangueira Ø 3/4; Tampas cegas para os bocais de engate rápido; Bicos, para desobstrução, de rede esgoto; Bico concentrado de 1/2 para lavagem de pátio e fachada 3 Engate rápido de 4" x 3"; Pistola tipo Karcher com um bico; Suporte para cones; Faixas refletivas; Para-choque traseiro homologado conforme normas vigentes do CNT; Protetor lateral homologado conforme normas vigentes do CNT; Pintura interna: Preparação da superfície; Limpeza da superfície; Tinta de fundo; Pintura externa: Preparação da superfície; Limpeza da superfície, Tinta de fundo; Primer automotivo poliuretano (PU); Tinta de acabamento; (PU) na cor escolhida pelo município contratante; Obs.: * Será admitida a participação de concessionárias e revendedoras desde que observadas todas as condições previstas no Edital, e que o veículo seja 0 km/novo, ou seja, sem uso anterior, com altura mínima de 400 mm, articuladas e removíveis. Os veículos deverão possuir <u>garantia mínima</u> de 12 (doze) meses, sem limite de horas, ser de fabricação			
--	---	--	--	--

	nacional e estar devidamente cadastrados e com cadastro ativo no Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES (FINAME) no momento da assinatura do contrato. Deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, acompanhados do manual do operador em língua portuguesa, catálogo de peças e nota fiscal. Os veículos devem ser entregues em nome do município de Tramandaí, sem quaisquer custos para a Administração. O conjunto (caminhão e equipamento combinado) deverá ser faturado de forma a garantir a elegibilidade integral ao financiamento BNDES FINAME, apresentando os respectivos códigos MDA/CFI tanto para o chassi quanto para o implemento instalado. Marca/Modelo:			
--	--	--	--	--

DO PAGAMENTO:

O prazo para pagamento será em até 30 (trinta) dias, a contar da liquidação, que será efetuada após a entrega do objeto conforme especificações técnicas, apresentação de nota fiscal eletrônica, aceite técnico pela Secretaria requisitante e comprovação de regularidade fiscal da Contratada, em conformidade ao art. 62 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

A Contratada deverá anexar, a cada nota fiscal emitida, os seguintes documentos, com data de validade vigente, em cumprimento ao Decreto nº 4257/2017 de 08 de março de 2017:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos – DCTFWeb, conforme Instrução Normativa da RFB nº 2005/21;
- Contra-cheques pagos constantes na DCTFWeb (mês anterior);
- Comprovante de recolhimento de FGTS;
- Lista dos empregados e comprovante(s) de entrega de EPI's;
- Comprovante de controle de horário.

a) Ficam dispensados da apresentação dos documentos os fornecedores de bens e/ou materiais.

O (s) pagamento (s) não será (ão) liberado (s) se houver descumprimento da exigência constante no parágrafo acima.

No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será pelo menor dos índices verificados entre o IGP-M (FGV) e o IPCA (IBGE), mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção de algum desses dois indexadores, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA: Da Assinatura do Contrato

No momento da assinatura do Contrato a(s) Contratada(s) deverá(ão):

* Apresentar seu credenciamento junto ao BNDES-FINAME, mediante apresentação de documento oficial emitido pelo BNDES.

CLÁUSULA QUINTA: Da Atualização dos Preços (Reajuste e Reequilíbrio)

DO REAJUSTE

Pactuada a Ata/Contrato oriunda(o) ou não de Registro de Preços, poderão os preços serem reajustados, após 12 (doze) meses, pelo índice/percentual que incidir no valor do preço originalmente cotado, comprovadamente com documentos; visto que os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data limite para apresentação da proposta, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, para compras e serviços comuns, em geral, sem dedicação exclusiva.

Em relação a obras e serviços de engenharia, a revisão poderá ser realizada, após o prazo inicial de 12 (doze) meses do parágrafo anterior, os preços iniciais poderão ser reajustados, por índice setorial (INCC-DI), através de Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), e/ou Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO-DNIT) para pavimentação asfáltica, mediante requisição da parte licitante, dentro do prazo de vigência, e com fundamentação e comprovação do pedido.

Em se tratando deste Contrato o reajuste/reequilíbrio deverá ser pleiteado, via e-mail, diretamente à Secretaria ordenadora da despesa, até 90 (noventa) dias após a ocorrência do fato que o autorize, desde que ainda vigente o Contrato, ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

Não requerido o reajuste no prazo previsto no parágrafo anterior, haverá a renúncia tácita à aplicação do referido instituto para o lapso temporal a que este se refere.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

DO REEQUILÍBRIO

A Contratada poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, conforme previsto no quarto parágrafo acima, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

O pedido de atualização dos preços aos valores praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer nos moldes do quarto parágrafo desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA: Do(s) Prazo(s) e da Entrega

A vigência do Contrato será de 01 (um) ano, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o prazo máximo previsto em Lei.

I – Em caso de prorrogação será celebrado Termo Aditivo ao Contrato.

Da entrega:

Os maquinários deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias após a emissão do empenho, que será encaminhado, preferencialmente, por e-mail, e a entrega será realizada na Avenida da Igreja, nº 346, Bairro Centro, em Tramandaí, de segunda a sexta-feira no horário das 13h30 às 18h30, livre das despesas de frete.

A(s) Contratada(s) deverá(ão) respeitar o prazo de entrega conforme versa o parágrafo anterior. Caso não respeite(m) o prazo estipulado será passível de punição.

A nota fiscal/fatura deve, **obrigatoriamente**, ser entregue junto com o seu objeto.

A entrega será de responsabilidade da Contratada, que deverá dispor de mão de obra necessária para a carga e descarga decorrentes para a função.

Não serão aceitos produtos que vierem com marca diferente da que consta no empenho e/ou Contrato, salvo com justificativa da licitante e/ou da empresa que fabrica o produto, mediante processo administrativo com apresentação dos documentos necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Dotação Orçamentária

Os recursos necessários para a execução da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	5	Secretaria Municipal da Fazenda
Unidade	4	Transformar
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	205	Programa Transformar
Proj./Atividade	1473	Aquisição Maquinário Pesado
Elemento	3.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente
Recurso	1754	Recursos de Operações de Crédito
Complemento	0	Não se aplica
Reduzido	10418	

CLÁUSULA OITAVA: Da Fiscalização

O Contratante exercerá ampla fiscalização no material entregue, o que, em hipótese alguma, eximirá a Contratada da responsabilidade exclusiva por danos causados a terceiros por defeito e/ou alterações nos materiais adquiridos.

CLÁUSULA NONA: Das Sanções Administrativas

A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem 22.1 do Edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou Contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 22.2 do Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem 22.2 do Edital.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no subitem 22.2 do Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no subitem 22.2, alínea “b”, do Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 22.2 do Edital o Contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o Contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do subitem 22.1 do Edital exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

As penalidades serão registradas no cadastro da Contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: Da Rescisão

1 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

2 - Determinada, por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137.

3 - Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Dos Privilégios do Município

A Contratada reconhece que o Contratante compareceu nesse negócio como agente de interesse público, motivo por que admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Das Condições de Habilitação

A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a sua habilitação no processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Dos Casos Omissos

Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021, arts. 89 e seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da Lei Geral de Proteção de Dados

A Contratada fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pelo Contratante para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do Contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o Contratante em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao Contratante sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Do Cumprimento da Reserva de Cargos

A Contratada obriga-se a cumprir, durante toda a execução do Contrato, as exigências previstas na legislação vigente, relativas à reserva de cargos para:

I - Pessoa com deficiência (PCD) e reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

II - Aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devidamente apurado em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar a aplicação de sanções, inclusive a extinção do Contrato, conforme previsto no art. 137, IX, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Do Foro

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Tramandaí, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias.

Tramandaí, ** de ***** de 2026.

JUAREZ MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal

·
Contratada

Fiscal técnico do Contrato:
Bruno Rissoto Banaletti

Fiscal do Contrato:
Julice Dias de Oliveira

Testemunhas:

.....

.....

AMH